

MUIR, Edward - *The Culture Wars of the Late Renaissance. Skeptics, Libertines, and Opera*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2007, 175 p.

Edward Muir é especialista em História social e cultural de Itália no Renascimento e lecciona na Northwestern University (Chicago, USA). Depois de ter publicado *Il rituale civico a Venezia nel Rinascimento* (Roma, 1984), e *Riti e rituali nell'Europa moderna* (Scandicci, 2000), deu à estampa o volume que aqui se apresenta.

O âmbito analítico deste livro incide sobre os conflitos ideológico-intelectuais relacionados com o cepticismo filosófico, materialismo científico e libertinismo literário, que tiveram intenso reflexo na vida cívica veneziana do período tardo-renascentista. “Guerras culturais”, assim lhe chama Muir, como resultado de uma contraposição da liberdade à ordem e da inovação à tradição, iniciadas em 1591 com a agitação dos estudantes de Pádua contra o colégio jesuíta local, e esmorecida, a partir de 1660, com a extinção da Academia dos Incógnitos. Período que o autor denomina de “proto-iluminismo”, decorrente da situação política da República de Veneza, a qual, no âmbito do mundo católico, constituía um dos mais importantes campos de batalha intelectual e um dos centros mais fortes da oposição à extensão da autoridade papal. “Guerras culturais”, em cuja arena se enfrentavam, de um lado, os jesuítas e a Inquisição Romana (defensores da ortodoxia católica) e, do outro, os filósofos cépticos da Universidade de Pádua e os teóricos libertinos da Academia dos Incógnitos, cujas ideias eram disseminadas pelos círculos cortesãos, designadamente através da ópera.

No primeiro capítulo, o autor enceta uma incursão pela intensa rivalidade entre o colégio jesuíta e a Universidade de Pádua, sustentando que o problema emergira de uma diferente concepção de educação que, por sua vez, se reflectira numa proposta alternativa de conhecimento. Deste segundo nível de disputas ditas “pedagógicas”, entre a Teologia e a Filosofia em torno de Aristóteles, relativamente a questões como a imortalidade da alma, Muir parte para o antagonismo entre a ciência experimental de Galileu e o dogmatismo religioso. Segue em busca das influências aristotélicas em Cesare Cremonini, professor de Filosofia Natural em Pádua (1591-1631), em torno do qual gravita este capítulo. Encontra-as no entendimento

cremoniniano da natureza do conhecimento humano, da relação entre a lógica e a experiência, bem como o problema da imortalidade da alma, aquele que mais despertara a atenção do Santo Ofício. Cremonini desenvolve a teoria céptica, segundo a qual, nenhum autor, nem nenhum texto antigo forneciam uma verdade universal válida.

Esclarece Muir que as emblemáticas dissensões académicas, de que foram protagonistas Cremonini e Galileu, não obscurecem os pontos de contacto, designadamente no que toca ao cepticismo anticonvencional; o terem sido co-fundadores da *Accademia dei Ricoverati*, destinada a discutir temas religiosos e morais; bem como a luta contra a tentativa inacciana de fundar um colégio alternativo. A reputação da Universidade de Pádua, espinha dorsal da vida intelectual veneziana, era notória, tornando-se a mais célebre da Itália de então, como resultado da protecção política à produção científica, à existência de um corpo docente reduzido, extraordinariamente bem pago e seleccionado mediante um processo que inibia o favoritismo e a corrupção.

O interesse de Muir em Cremonini, não se prende com a necessidade de esboçar uma hagiografia historiográfica dos religiosos cépticos e da liberdade de pensamento. O propósito é o de explicar as repercussões do legado filosófico-intelectual céptico cremoniniano nas várias gerações de jovens libertinos da Veneza, da primeira metade do século XVII, e as novas cambiantes que daí advieram. Mais do que a sua própria interpretação de Aristóteles, Cremonini legou um “estilo intelectual” que, no campo dos valores morais e da ética sexual, era profundamente subversivo. Rapidamente transpôs os umbrais institucionais da Universidade, para se imiscuir nas actividades literária e teatral venezianas, de uma forma extravagante e, por vezes, escandalosa, sob o patrocínio da *Accademia degli Incogniti*.

O materialismo de Cremonini patenteia-se na retórica da subversão da ética e da moral, presente na produção literária dos *Incogniti*, a qual faz a apologia do paradoxal, extravagante, bizarro e, simultaneamente, com uma dose perfeita de ambiguidade que a acautelava do incriminatório. Isso mesmo ia ao encontro ao lema cremoniniano: “Pensa o que queres, mas diz somente o que pretendem ouvir de ti”.

O segundo capítulo gravita em torno da análise das tendências libertinas pós-Cremonini. Ferrante Pallavicino emerge, neste contexto, como figura

central, porquanto fora um dos precursores mais enérgicos do libertinismo e um atacante feroz dos pilares da ortodoxia católica, o que ditou a sua captura e decapitação em Avignon, no ano de 1644. A inclinação libertina dos *Incogniti*, muitos dos quais religiosos renegados, fundava-se numa leitura céptica de Aristóteles, florescida no tempo de Cremonini, porém, com uma obsessão pela sexualidade.

Arcangela Tarabotti, crítica do governo veneziano e do sistema social que o sustentava, nomeadamente o patriarcalismo e o monaquismo, é a segunda figura que Muir traz à colação neste capítulo, a par do conjunto de contradições que caracterizam a sua ligação à *Accademia degli Incogniti*. O objectivo é muito claro, advogar que, não obstante a atitude misógina de muitos dos “académicos incógnitos”, designadamente Pallavicino, Veneza, por ser uma cidade cosmopolita, comercial e o centro editorial destacado, constituía uma pequena *República das Letras*, que derivava de uma autêntica comunidade intelectual, no seio da qual se travavam as “guerras culturais” e onde cada geração exercia uma influência formativa na seguinte.

O terceiro e último capítulo pretende discutir o papel da ópera no universo das “guerras culturais”. Segundo Muir, ao contrário das representações teatrais tardo-renascentistas jesuítas, o *bel canto* foi um importante meio de difusão do libertinismo, uma vez que, não só era financiada pelos libertinos, como muitos foram autores de libretos. A associação da preocupação dos *Incogniti* em torno da sexualidade, à crise matrimonial do período, e a tradicional fusão entre teatro, sexualidade e Carnaval, aparece com o intuito de mostrar o papel central da ópera veneziana na difusão dos ideais libertinos. A “economia sexual florida” que, segundo Laura McGough, era apanágio da Veneza de Seiscentos, derivou, em parte, do fascínio da ópera pela prostituição e sexualidade feminina.

Muito embora no final dê a impressão de que as representações teatrais libertinas de Veneza no século XVII não podiam deixar de ser musicais, Muir acredita que o sucesso da ópera não se encontra no aspecto estético e musical. Todavia, muito poderia ser dito também acerca do papel pioneiro da música na delimitação de espaços alternativos de representação por oposição ao realismo do teatro falado e no processo de tornar crível o emocionalmente irracional.

Poder-se-á dizer que este livro, em termos formais, mantém o carácter conciso e ligeiro das palestras proferidas pelo autor e que lhe deram origem. Nele debatem-se questões novas e revisitam-se antigas. A capacidade de entrelaçar fenómenos culturais e campos disciplinares aparentemente díspares, permite uma nova compreensão da cultura libertina veneziana. Contudo, a interessante Introdução não tem correspondência no final, uma vez que, inexplicavelmente, Muir não apresenta conclusão.

A denominação de “proto-iluminismo” que Muir confere ao período estudado, como prefiguração da problemática cultural de Setecentos, é um dos contributos fundamentais deste livro. Torna-se agora mais perceptível como em Veneza existiu um importante período durante o qual os *Incogniti* não foram mais do que *proto-Illuminati*. Como época transitória, o “Outono do Renascimento” é em si mesmo contraditório e ambivalente. Entre as suas bandeiras encontramos não apenas o cepticismo religioso, a experimentação científica, a liberdade sexual, o direito das mulheres à instrução e à libertação dos pais, a presença feminina nos palcos teatrais e a sua vocalidade sedutora na ópera. Mas também, o ateísmo, a pederastia, a misoginia, a monogamia aristocrática, o monaquismo forçado e o patriarcalismo. Não obstante estas peculiaridades, traduzidas no facto da academia de Pádua ser a mais prestigiada de então, este estudo poderá aguçar o olhar analítico para outros territórios da Europa católica, com intuítos comparativos.

Outra das potencialidades da reflexão levada a cabo é a tese de que a compreensão do desenvolvimento da ópera em Veneza passa pelo entendimento da complexa dinâmica intelectual que emana dos debates surgidos no aludido período.

Ao conferir um protagonismo extremo a intelectuais exclusivamente italianos desta mini “República das Letras”, este livro poderá obscurecer outras figuras preponderantes da Universidade de Pádua. Ao não traçar um contexto e não fazer uma comparação com outros ambientes académicos e outras “guerras culturais”, enlear-se-á no engodo de conceber o fenómeno como um exclusivo italiano, e concretamente, veneziano. Ao salientar o aristotelismo como matriz de um foco de pensamento que produz um novo quadro epistemológico, céptico e libertino, ortodoxo e anti-católico, não explora a ligação às ideias protestantes trazidas para Pádua por inúmeros

estudantes europeus e a reciprocidade de contactos entre a mais fina flor da elite veneziana e outros intelectuais europeus que, afinal, era uma das principais características da “República das Letras”.

Muir advoga também que a condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma *doxa* desinvestida das concepções dogmáticas católicas que, aliás, pretendia crivar com uma aura de dúvida e cepticismo, foi a liberdade intelectual patrocinada pela República de Veneza. A relativa agonia financeira dos jesuítas, a sua decadência como força social congregadora de consenso religioso que culminou com a sua expulsão da República veneziana (1606 e 1657) e o progressivo abrandamento da repressão, impregnaram um fulgor às ideias ortodoxas que tinham larga difusão nos círculos elitistas venezianos, sob os auspícios da *Accademia degli Incogniti* e da Ópera. Mas, se foi a aura de tolerância e liberdade em que Veneza estaria envolta que estimulou o *cogito* libertino e céptico, há uma série de questões que se impõe colocar. Porque é que a maioria das produções da *Accademia degli Incogniti* eram anónimas? Como se explica a expressão máxima do costume libertino, mascarado, incógnito, que se traduzia numa acção “internamente segundo o desejo, externamente segundo a convenção social”? Uma vez que os jesuítas, principais defensores do pensamento antigo, ortodoxo, católico, foram expulsos da República, criando condições para o florescimento do cepticismo e libertinismo, não será o conceito de “guerras culturais” anacrónico? Se estes pleitos pressupunham uma dialéctica de debate, qual a resposta dos defensores da ortodoxia católica?

Outro dos aspectos que convém salientar é a economia da análise deste livro. Neste âmbito conceptual de “guerras culturais” criado por Muir, é evidente uma disparidade entre o tratamento quase exclusivamente centrado nas concepções heterodoxas, e a ténue atenção conferida às posições ortodoxas.

Parece-me, ainda, que as dissensões no seio da Universidade de Pádua terão ultrapassado o universo das figuras de Cremonini e Galileu, além de que no âmago da Companhia de Jesus poderão ter existido também divisões em torno das questões sobre as quais se debruça este livro. O seu tratamento viria muito a propósito.

Finalmente, convém não esquecer, que toda esta “guerra cultural” é analisada sob o ponto de vista apenas de uma franja da sociedade, designadamente as elites. Fica assim lançado uma espécie de repto para

a necessidade de estender essa análise aos restantes grupos da sociedade, bem como de verificar que eco teve o produto dessa “guerra” noutros espaços católicos europeus e que efeito surtiu no clero de então.

Jaime Ricardo Gouveia

Investigador do Instituto Universitário Europeu – Florença. Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e da FCT.

jaime.teixeira@eui.eu

CARVALHO, Flávio Rey de - *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008. 135 p.

A pergunta contida no título desta obra seria, diríamos, ociosa se, na verdade, não houvesse quem continuasse a negar a existência de um iluminismo em Portugal. Mas, para responder a esta questão existe uma outra, prévia, clássica e fundamental: *O que é o Iluminismo?*

A resposta à primeira depende da resposta que for dada à segunda e que exprime um problema antigo e sempre vivo. Se ultrapassarmos e rejeitarmos a ideia de um paradigma iluminista situado na Europa do Norte e pelo qual tudo é medido, ideia que fez nascer a *lenda negra* da estagnação intelectual da Ibero-América e, como sequela em Portugal, a *lenda* da onipotência e modernidade exclusiva dos assim chamados “estrangeirados”, então poderemos afirmar que existe um iluminismo português. No tempo actual, em que o Iluminismo não é mais visto como uma unidade paradigmática ou como um movimento homogéneo, as análises sobre espaços e cronologias específicas tornam-se particularmente produtivas, na medida em que cada vez mais complexas e diferenciadas. Deste modo, a acentuação da variedade cronológica e geográfica oferece-nos a multiplicação de iluminismos plurais.

Mas, para isso, é preciso, por um lado, pôr o acento sobre a importância contínua da circulação que faz mover valores e símbolos e, por outro lado, demonstrar que os valores não vogam em toda a pureza no céu das ideias mas estão intimamente ligados às práticas culturais, sem as quais eles não podem compreender-se. O Iluminismo constituir-se-á, neste caso, como um processo